|  |
| --- |
| **AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O CASO OLAVO HANSSEN****COMISSÃO DA VERDADE****PRESIDENTE****DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT****25/11/13** |

**COMISSÃO DA VERDADE**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**25/11/2013**

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** 90ª Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 97ª Audiência Pública.

 Está instalada a 97ª Audiência Pública da Comissão da Verdade Rubens Paiva no dia 25 de novembro de 2013, 13h30, para debater a cumplicidade do poder econômico-empresarial com a ditadura.

 Nada mais nada menos que o Horacio Verbitsky veio especialmente da Argentina para essa sessão da Comissão da Verdade. Estivemos conversando ontem com ele, quando ele chegou, e evidente que ele vinha fazer mais uma apresentação do seu livro "Contas Pendentes", esse fantástico livro. Mas, no transcorrer da conversa ele vai abordar esse tema da Comissão da Verdade, dos métodos de investigação, do que ocorreu na Argentina a partir dos grupos de memória; vai tentar fazer uma linha do tempo pra que a gente tenha uma noção da dificuldade que é tratar com esse tema.

 Acho que, em que pese, eu falo publicamente, a pouca fluência de público que nós temos hoje nessa sessão: nós estamos diante de uma pessoa importantíssima, um verdadeiro personagem da humanidade.

 Renan, você fez um esforço enorme para organizar, para trazer o Horacio; gostaria que você também ficasse aqui ao nosso lado. Até queria que você desse uma palavrinha de saudação, de introdução, por tudo que você fez para organizar essa audiência. Aí o Horacio tem o tempo que ele achar necessário e importante. Por favor, Renan. Fala, Renan.

 **O SR. RENAN QUINALHA** – Boa tarde a todas e a todos. Queria inicialmente agradecer ao Horacio por ter aceito o convite. Foi a Conectas, na verdade, ONG de Direitos Humanos, que nos procurou pra ver a possibilidade de organizar uma sessão da Comissão da Verdade apresentando esse livro novo do Horacio com o Juan Pablo. E aí a gente prontamente já conhecia o trabalho do Horacio, tentou verificar com a editora se teria alguma possibilidade; e aí a gente conseguiu aqui mesmo pelo ILP, com a ajuda da casaa viabilizar a vinda dele pra cá pra essa sessão.

 Então o Horacio é conhecido de todos nós, dispensa apresentações. É um dos maiores jornalistas argentinos. Trabalhou em praticamente todos os jornais e revistas importantes lá na Argentina. Tem uma atuação política também marcada na defesa dos Direitos Humanos e desde 2000 ele preside o CELS, que é o Centro de Estudos Legais e Sociais, que é uma ONG argentina que tem uma atuação em diversas frentes. De Direitos Humanos, desde situação carcerária, moradia, enfim... Várias áreas de várias frentes. A questão da Memória, Verdade e Justiça foi protagonizada pelo CELS também, que assessorou juridicamente as famílias de desaparecidos políticos. Enfim, é uma honra pra gente poder receber o Horacio hoje aqui para aprender um pouco com a experiência da Argentina e com a sua trajetória também.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira. 4:00 – 1:49:05

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Renan, eu queria pedir para você fazer alguns comentários. As pessoas também, praticamente ninguém teve acesso a esse novo livro. Esse é o 18º livro seu, né?

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** 21.

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vinte e um livros.Um em português, "O Voo", pela Editora Globo. Renan, fala um pouquinho, por favor, aí a gente vai aquecendo. Vamos abrir para algumas perguntas, comentários.

 **O SR. RENAN QUINALHA** – Queria agradecer novamente ao Horacio por toda essa explicação que gera um misto de sentimentos na gente, porque quando a gente olha para a realidade argentina, sobretudo hoje, e vê a quantidade, centenas de militares julgados e como esse debate é avançado lá, a pauta da Memória, Verdade e Justiça e a gente aqui ainda tão atrasado em relação... E é sempre difícil fazer essas comparações. Então é interessante porque quando você apresenta, Horacio, de maneira detida, todos os momentos e fases desse processo mostrando que ele também foi feito de avanços, mas de recuos, de uma série de contradições... Não foi algo tão linear como a gente hoje olhando esteticamente pensa. É interessante porque também dá um ânimo, dá uma certa esperança de ver que um processo semelhante, de alguns avanços, tem se acumulado no Brasil, ainda que num ritmo muito inferior ao que a gente acredita.

 E aí eu queria colocar uma questão para você que é a seguinte: se você pudesse falar um pouco mais das diferentes formas de cumplicidade que são abordadas no livro, nos vários artigos de cumplicidade econômica, que a gente sempre olha diretamente para o empresariado, que talvez tenha se beneficiado de maneira direta com contratos públicos ou com a perseguição de dirigentes sindicais e desarticulação do movimento dos trabalhadores. E a corrupção, por exemplo, que também nesse período, pelo menos no Brasil foi muito forte. Isso teve na Argentina de favorecimento de certas empresas? E além disso, como que essa luta de afrontar o poder econômico da ditadura pode significar uma maior democratização da sociedade hoje e da economia também hoje. Como é possível vincular o caso do Papel Prensa, que você mencionou, que também está no livro, é um caso, parece bastante exemplar, que envolve a democratização da comunicação da mídia; mas se haveria outras formas que esse acerto de contas com os cúmplices econômicos também poderiam contribuir para avançar a democracia hoje.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira. 1:51:50 – 2:00:15

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Posso fazer um comentário? Deixa eu fazer um comentário mais... Um periodista brasileiro, ontem, dia 21 de novembro, residente em Berlim, o Flávio Aguiar, da Rede Brasil Atual, fez uma retrospectiva da Siemens, da empresa Siemens, multinacional que está envolvida numa série de escândalos agora; e fez uma retrospectiva empresarial de como a Siemens ao longo dos anos, desde a sua fundação, ela foi sempre se envolvendo nesses escândalos e esse tipo de financiamento. E aqui no Brasil, lógico que teve toda a preparação do Golpe e um envolvimento empresarial sem precedentes, porque que eles usufruíram... Mas, particularmente, no governo Ernesto Geisel, que tinha até algumas pessoas que achavam que havia um setor nacionalista que o apoiava, foi feito o acordo de cooperação Brasil-Alemanha para a construção de 35 usinas nucleares e para a construção de um número de hidroelétricas, Itaipu, dessas gigantescas todas no Rio Paraná, esse complexo. E praticamente o Brasil nunca esteve tão afinado com as multinacionais da Alemanha como nesse período, que foi usufruindo de forma fantástica, e mesmo as montadoras.

 Eu, na minha formação, sempre tentei entender o papel das empresas alemãs no apoio ao Terceiro Reich. Mussolini também trabalhou muito com as empresas italianas. E aqui no Brasil tem uma particularidade que a Marinha brasileira, ela se considera uma Marinha germânica. Doutrina germânica baseada na forma da organização da Marinha alemã. Então aqui no Brasil agora que começou a ser feito esse mapeamento pelos trabalhadores, pelos sindicalistas, nessa cadeia de comando das empresas levantarem, fazerem o levantamento dos seus empregados, dos seus operários, qual era o nível de comprometimento, de delação. E recentemente, até aqui na nossa Comissão da Verdade, descobriu-se um documento de entrada do DOPS, do organismo estadual, onde a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo frequentava, assistia aos interrogatórios. Ela, durante anos, anos, anos, a FIESP, como é chamada a Federação das Indústrias, tinha um papel permanente, coisa que aqui no Brasil é absolutamente proibido falar nesse assunto. Tem dois assuntos que nós não podemos falar: é a participação das empresas, da FIESP e a participação do Consulado Americano, da Embaixada Americana. Esses são assuntos proibidos passados 50 anos.

 Então, essa questão das empresas, evidente que eu tive um contato muito rápido com seu trabalho, seu livro, e você faz todas essas intercalações há tantos anos. E também eu estava vendo todas as publicações anteriores, o papel da Igreja Católica, com essa questão do Papa, se ele sabia das torturas... Que deu muito mais à Igreja Católica lá é uma vergonha, não tem como esconder a participação direta. Eu queria... E depois, com o advento da Operação Condor, que agora está ficando muito claro que os brasileiros não eram alunos, eram os professores; introduziram *(ininteligível).*

 Então, tem uma coisa que nos, tentando também organizar o raciocínio, tinha uma coisa que nos atinge muito que é sempre esse negócio de dizer que no Brasil foi uma ditadura branda, uma ditadura, como eu estava te mostrando naquele poema do Chico Buarque, Paraíso Tropical, que essa versão: “meu olhos se enchem de lágrima enquanto as minhas mãos torturam, esganam”.

 Então, no Brasil foi importantíssimo você falar da vida argentina, desse avanço tão fantástico a ponto de hoje ter condições de falar das empresas. Então, com todas as dificuldades, e você fala com tanta naturalidade de coisas que ainda aqui são tão proibidas, são tabus fantásticos... Eu queria que você aprofundasse um pouco mais, não só do ponto de vista, que é uma coisa gravíssima, das empresas pegarem as fichas dos sindicalistas e entregarem para os órgãos de repressão, mas essa participação estrutural e estruturante: como eles financiavam, como eles usufruíam, e os grupos de empresas, eu vi que aqui tem montadoras da indústria automobilística... Como você vê isso e se você teve dados de outros países da América Latina em que eles agiram dessa forma tão estrutural, tão estruturante; se você tem notícias do Brasil, por exemplo. Você é uma pessoa muito bem informada, muito bem relacionada. Que você falasse um pouco mais dessa questão das empresas, dos países. Até hoje nenhum judeu no mundo compra carro Ford, porque embora depois tivesse o rompimento lá na frente da guerra, a Ford foi a empresa que mais contribuiu para o Terceiro Reich. E é uma coisa que ela esconde até hoje, não fica claro. Não foram só as empresas alemãs, muitas empresas americanas e até inglesas compactuaram em alguns momentos com o Terceiro Reich.

 Então, essa questão das empresas que eu te digo aqui, você falar que a "Folha de São Paulo", jornal "Folha de São Paulo", emprestava seus carros para, disfarçadamente, fazer a vigilância, a captura e a possibilidade de prender as pessoas é visto assim como “nossa, que absurdo!”, “que denúncia absurda, não tem o mínimo grau de confirmação, é uma denúncia vazia como essa, horrorosa”... Porque parece que o Golpe assim era uma coisa só exclusiva dos militares, que os civis não tiveram nada, que as empresas não tiveram nada, que não foi uma coisa planejada, que houve mudanças econômicas fantásticas e eles usufruíram e ganharam muito dinheiro e continuam ganhando... E estão impunes e as histórias não foram contadas.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:08:31 – 2:14:13

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Está bom. Então vamos para abrir para algumas perguntas, só fala o primeiro nome no microfone.

 Babi, se aproxima da mesa pra você falar no microfone. Babi com a palavra.

 **A SRA. BÁRBARA** – Está funcionando? Boa tarde, meu nome é Bárbara, sou da Corrente "O Trabalho", uma corrente do PT.

 Fala em língua estrangeira: 2:14:35 – 2:14:57

 Eu queria fazer uma pergunta, mas um pouco localizar, porque eu acho justo que você não fale das instituições brasileiras, mas nós que somos brasileiros temos que falar das nossas, porque, na verdade, as instituições que a gente tem hoje, depois dos 10 anos de governo Lula, até a gente estava comentando que mudanças tiveram aqui; depois dos 10 anos do governo Dilma-Lula, se mudaram algumas coisas pra vida de milhões de brasileiros, de fato tivemos mudanças objetivas, do ponto de vista das instituições, elas seguem as mesmas. Então hoje no Brasil nós temos as mesmas instituições herdadas da ditadura militar. Então essa é uma primeira questão. E para nós isso não é indiferente porque o Supremo Tribunal, que na Argentina votou a Lei dos Meios de Comunicação, no Brasil, aqui, ao contrário do que se esperava e de quem delegou poderes a eles, hoje age como um rei, que é o presidente do Supremo, como você deve saber, você deve ter lido os jornais, na semana passada, no dia 15, no feriado, prendeu ex-presidentes do PT e numa política midiática, aviões... A gente se sentiu, há duas semanas atrás, eu, em particular, sou fundadora do PT, como há 30 anos atrás. Numa instituição que, vou repetir, não mudou nada. Se mudanças houveram e houveram em outros setores do governo, do ponto de vista das instituições, nada mudou.

 E é esse mesmo Supremo, porque eu quero chegar na questão dos crimes da ditadura; é esse mesmo Supremo que afirma a Lei da Anistia brasileira, que dá o direito de impunidade, seja pra quem torturou e seja também pra quem financiou a tortura. A gente não pode dizer que é impunidade porque, justamente, a impunidade vem quando eles falam, quando o Supremo analisa a Lei da Anistia e fala que são crimes conexos e por isso ele não vai falar nada. Ou seja, ele não pode punir nenhum funcionário do Estado, porque ele considera crimes conexos à Lei da Anistia que já foi votada e não muda nada. A grande mudança, na minha opinião...

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:17:41 – 2:18:17

 **A SRA. BÁRBARA** – Fala e discussão em língua estrangeira: 2:18:18 – 2:18:45

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:18:45 – 2:19:53

 **A SRA. BÁRBARA** – Por isso eu queria terminar, um pouco trazendo para a situação hoje: o máximo que a gente conseguiu no Brasil, em 2012, foi a instituição da Comissão da Verdade, que fez com que no Brasil inteiro, ou em vários estados, a gente tenha hoje Comissões da Verdade em 24 estados, em universidades, sindicatos, começasse a ter um levantamento. Agora, é claro que falta a questão da punição, porque a Comissão da Verdade dá o passo de localizar, de levantar. E o que o trabalho incansável do Adriano com essa Comissão da Verdade é exemplar, do ponto de vista do Brasil. Já foi falado e várias vezes do ponto de vista da exemplaridade, mas ela tem um limite. Então toda a batalha nossa justamente é para que seja reconhecida a anulação da Lei da Anistia e que os crimes sejam punidos. Porque esse passo da questão da punição ainda é o passo que não foi dado, mas isto está amarrado com as instituições que a gente tem hoje e que dirigem, que como a gente viu há 15 dias atrás, dirigem esse país.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:21:20 – 2:21:48

 **A SRA. BÁRBARA** – Fala em língua estrangeira: 2:21:48 – 2:22-10

 Essa é a grande questão que fica em aberto quando a gente olha para o Chile, quando a gente olha para o Uruguai, quando a gente olha para a Argentina. E quando a gente olha para o Brasil, onde mesmo com cinco processos, não existe hoje punição.

 Hoje um torturador entra, como entrou em Brasília, em uma sala, confronta o torturado, e sai livre. Então é essa a situação na qual nós e todo mundo que está aqui dentro se coloca. É essa a questão. A questão de se localiza, tem o crime, ele fala o que ele quer, como a gente viu no... A gente tem um caso famoso aqui, que já houve vários debates, que é o General Ustra. Ele vai, fala o que ele quer e sai impune. Então essa questão da impunidade é um peso sobre aqueles que há 50 anos lutaram contra a ditadura. O ano que vem faz 50 anos de 1964. E que há 30 anos seguem atrás do quê? De justiça, porque a Comissão da Verdade não é uma Comissão que faz a justiça, infelizmente. Não pela vontade de quem está na Comissão e da militância, mas por essa limitação das instituições que a gente tem hoje.

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado, Babi. Carolina.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:23:28 – 2:24:23

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Carolina.

 **A SRA. MARIA CAROLINA** – Boa tarde. Meu nome é Maria Carolina, eu sou advogada. Eu estudo sobre esse tema da cumplicidade econômica já há algum tempo e a minha dúvida é a seguinte, são duas perguntas, na verdade. Nós temos várias legislações que tratam desse tema, desde o Tribunal de Nuremberg, já tem regulamentos que tratam disso; alguns bancos suíços chegaram a ser punidos com pedido de indenizações devido a terem roubado patrimônio de judeus e gostaria de saber o que poderia ser feito com esses empresários que estão sendo processados na Argentina. As punições que nós tivemos até agora a respeito de empresários foram só indenizações; se eles poderiam ser condenados também criminalmente, civilmente, além de indenização. E gostaria que você falasse também um pouquinho a respeito do caso Ledesma, qual andamento em que está, como que está o caso.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:25:27 – 2:37:25

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Mais uma pergunta.

 **A SRA. MARIA CAROLINA** – Onde eu posso conseguir essa documentação a respeito da Comissão de Valores, que tratou, enfim, na "Página/12" se eles publicaram esses estudos...

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:37:36 – 2:37:44

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Lúcia Rodrigues.

 **A SRA. LÚCIA RODRIGUES –** Boa tarde, meu nome é Lúcia Rodrigues, eu sou periodista e, ao contrário do que você disse que acontece na Argentina, onde uma geração, várias gerações já não têm aquele medo dos militares, aqui no Brasil parece que ainda existem alguns fantasmas pairando por aí e aterrorizando algumas pessoas.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:38:10 – 2:38:34

 **A SRA. LÚCIA RODRIGUES –** É verdade. A impunidade do passado é o que permite que esse tipo de coisa continue acontecendo, os Amarildos...

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:38:40 – 2:38:45

 **A SRA. LÚCIA RODRIGUES –** É verdade. Então eu gostaria que o senhor comentasse o seguinte caso: um general aqui do Brasil, chamado Maynard de Santa Rosa, publicou uma carta, ainda no governo Lula, criticando a criação da Comissão da Verdade e foi exonerado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Já está aposentado... E aqui hoje, do outro lado aqui da rua, existe um quartel militar, o Comando Militar Sudeste, e esse cidadão que foi exonerado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por ter criticado a Comissão da Verdade, estava aqui a convite do comandante, o General Adhemar, falando sobre segurança e conjuntura. Então eu queria saber se esse tipo de coisa acontecia na Argentina...

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:39:35 – 2:40:35

 **A SRA. LÚCIA RODRIGUES –** Então, mas a gente sente que ainda, por parte do governo, tem esse temor de mexer com os militares. E às vezes se deixa passar em brancas nuvens esse tipo de atitude que pra mim, assim como para o senhor, ficou bem claro, é extremamente grave.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:40:49 -2:42:33

 **A SRA. LÚCIA RODRIGUES –** O senhor diz o Comandante Militar do Sudeste, o General Adhemar?

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:42:39 – 2:44:33

 **A SRA. LÚCIA RODRIGUES –** Obrigada.

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Fala só seu nome, por favor.

 **O SR. FELIPE –** Boa tarde, meu nome é Felipe, sou jornalista também. Eu queria saber sobre dois tipos de cumplicidade financeira entre a ditadura e o aparelho empresarial que teve aqui no Brasil, que tiveram aqui no Brasil. Queria saber se houve também na Argentina. No primeiro momento de conspiração para empreender o Golpe Militar antes de 1964, tiveram duas instituições no Brasil: IPES e o IBAD, que eram responsáveis por aprofundar propaganda anticomunista ferrenha e criar um sentimento na sociedade civil de aceitação de rompimento com a ordem constitucional. Esse é um primeiro momento. No segundo momento, com a ditadura, muitos desses *Ipesianos* e desses empresários que faziam parte das instituições fora aparelhados nos ministérios militares, na Fazenda, nesses outros ministérios, e introduziram a sua política econômica no Estado. Eu queria saber se isso também teve no...

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:45:55 – 2:46:50

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** A Jana, depois você.

 **A SRA. JANAÍNA TELES –** Oi. Meu nome é Janaína Teles. Eu teria várias perguntas pra fazer, várias observações, mas eu vou fazer uma mais polêmica porque eu queria registrar em público. Uma observação sobre o que você disse. Vai em forma de observação ou pergunta, enfim. Há muitas diferenças entre o Brasil e a Argentina no que diz respeito à ditadura e a transição à democracia. Mas, você citou Camargo Corrêa, você citou Mendes Júnior e Odebrecht e então... Eu me sinto obrigada a falar.

 Esses grupos têm uma responsabilidade enorme sobre o que aconteceu no país naquele período, mas eles são grupos que financiam campanhas políticas presidenciais de vários candidatos, de vários partidos, todas as eleições. Assim como o Sarney, por exemplo, foi um grande articulador político da ditadura e até hoje tem total espaço na política nacional e grande poder no Congresso Nacional. Ele foi um homem que fez toda a articulação em 1975, quando da Crise dos Desaparecidos. Aqui no Brasil houve um debate parlamentar de quatro meses em que os familiares e os autênticos do MDB pediam uma CPI da Tortura, dos Direitos Humanos, e o Sarney foi o grande articulador e fez o discurso final que vetou veementemente qualquer tipo de investigação e de criação. Isso em 1975. Quando do processo da minha família contra o Ustra, o Coronel Ustra, que foi publicizado em 2006, ele escreveu uma coluna, porque ele era um articulista da "Folha de São Paulo", dizendo que a verdade sim, discutir dados, fatos, tudo bem, mas punição, jamais. Repetindo as palavras que ele tinha proferido em 1975 no Congresso Nacional.

 Então nós temos uma situação em que os aliados civis, a relação entre civis e militares durante o regime, seja na Justiça Militar, seja no aparato repressivo, seja no aparato de Estado, em geral, essa relação foi muito estreita, intensa e muito pouco discutida até hoje e por isso não houve uma depuração do Estado, das instituições principais criadas pela ditadura até hoje. Nenhum governo civil fez isso. E nenhum governo civil teve a coragem de fechar os arquivos militares e do Serviço Secreto, os arquivos dos órgãos de informação e disponibilizar ou mantê-los sob a guarda dos civis, civis que não tiveram relação com a ditadura.

 Então nós não temos tantos documentos assim, como se diz, porque esses arquivos ficaram sob controle dos militares e dos civis comprometidos com a ditadura até ano retrasado, até 2005, com certeza. Então, imagine você, de 1985 até 2005 muitos documentos sumiram desses arquivos oficiais e públicos, como nós já tivemos comprovação, tanto nos arquivos do DOPS, polícia política de São Paulo, quanto também alguns documentos do SNI. Já está comprovado que sumiram. Nem vou citar aqui o caso Araguaia. Agora, a nossa realidade é tão distinta, que eu preciso dizer que em 2010, quando teve o julgamento, a avaliação da Corte Suprema, em relação à constitucionalidade ou não da Lei de Anistia de 1979, o professor Fábio Konder Comparato denunciou, na "Carta Capital", e na Globonews, que o Presidente Lula ofereceu um jantar, barrou... Pediu pra votação ser adiada para o dia seguinte, então a votação se deu em dois dias, fez um jantar, e pressionou membros da Corte Suprema a votarem favoravelmente à Anistia dos Torturadores. É uma situação oposta à situação da postura do Kirchner, por exemplo.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:51:58 – 2:52:21

 **A SRA. JANAÍNA TELES –** Talvez a votação fosse mais apertada...? Talvez não fosse oito à dois, seis à dois...

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:52:31 – 2:52:44

 **A SRA. JANAÍNA TELES –** Não, seguramente não.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira.

 **A SRA. JANAÍNA TELES –** Pois é, essa é a pergunta. Essa é a pergunta que não quer calar. A pergunta que eu, na verdade, faço mais aos brasileiros do que a você. Eu estou dando uma hipótese. A relação civis e militares foi íntima e eu gostaria de saber se você enxerga alguma similaridade na Argentina em relação a isso.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:53:18 – 2:54:56

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Companheiro, fala só seu nome.

 **O SR. EDUARDO** – Eduardo. Eu queria te perguntar objetivamente como explicar para nós brasileiros como e o porquê a Argentina chegou à Lei de Meios. Qual processo que conduziu a essa vitória da sociedade lá.

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 2:55:21 – 3:02:45

 **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Podemos ir encerrando, mas eu só queria falar duas coisas, embora nem sempre você entenda meu português. Eu estava conversando aqui com o Renan, como você escreveu 21 livros, nós estamos tentando fazer um ajuizamento internacional para que você permanecesse compulsoriamente no Brasil por 21 dias. *(risos).* Um dia pra cada livro.

 E em homenagem à essa senhora, esta periodista portuguesa, Lúcia Rodrigues, e eu estava tentando te explicar, de uma forma absurdamente inexplicável essa fantástica síntese que o Chico Buarque e o Ruy Guerra. Trouxe até umas cópias da letra, viu, Lúcia, aqui do Fado Tropical. Principalmente trouxe pra todo mundo cópia. Pode pegar, Thays. Aqui que o Chico diz aqui no segundo, aqui: “sabe, no fundo eu sou um sentimental. Todos nós herdamos no sangue lusitano com uma boa dosagem de lirismo, (além da sífilis, é claro). Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar e trucidar, meu coração fecha os olhos e sinceramente chora.”

 Então, embora você tenha trazido uma dose de ânimo fantástica pra todos nós com esse seu conhecimento impressionante, enciclopédico, e essa coragem, essa determinação; você que foi um dos organizadores do "Página/12". Imagina uma pessoa escrever 19 livros com uma consistência fantástica. E esse último, esse capítulo tão complicado. Nós queremos te agradecer sinceramente. Você veio de lá da Argentina com essa... A gente com todas as dificuldades aqui, mas nós te agradecemos sinceramente. E, pra dizer da nossa transição à portuguesa, essa transição acordada, conciliada, nós te entregamos esse poema do Chico Buarque pra dizer que, apesar da tortura, os torturadores dizem que eles choravam, apesar de torturar, esganar e trucidar, eles choravam diante do que eles viram aqui no Brasil. E que aqui não existe "ditabranda", foi uma ditadura assassina, cruel, e que nós não conseguimos resolver esse problema até hoje. Muito obrigado. (aplausos)

 **O SR. HORACIO VERBITSKY –** Fala em língua estrangeira: 3:05:35 – 3:05:37

 **O SR. RENAN** – Só antes de encerrar deixar um convite também para todo mundo: amanhã a partir das 14 horas vai estar aqui o James Green, que é um historiador norte-americano que participou desde os anos 1970 da resistência aqui no Brasil. Ele vai falar junto com a Marisa Fernandes sobre ditadura, homossexualidade e a resistência do movimento LGBT, que é um capítulo pouco explicado. Vai ser a partir das 14 horas no Teotônio Vilela, está todo mundo convidado.

\* \* \*